



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2013

SÚMULA: Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para aplicação nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor e dá outras providências.

Art. 1º. Os depósitos judiciais em dinheiro, existentes em instituição financeira oficial contratada pelo Poder Judiciário, na data da publicação desta lei, bem como os respectivos acessórios e os depósitos que vierem a ser feitos, poderão ser transferidos ao Poder Executivo que os manterá na mesma instituição oficial, para aplicação nas áreas da saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor, até a proporção de 30% (trinta por cento) de seu valor atualizado.

§ 1º. O disposto no *caput* não se aplica aos depósitos judiciais tributários, regulamentados pela Lei Federal nº 11.429/2006.

§ 2º. A parcela dos depósitos judiciais não repassada, nos termos do *caput*, será mantida na instituição financeira oficial contratada pelo Poder Judiciário e constituirá Fundo de Reserva, destinado a garantir a restituição ou pagamentos aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência.

§ 3º. Sobre o valor atualizado da parcela utilizada pelo Poder Executivo, este repassará, mensalmente, ao Tribunal de Justiça, a diferença entre a remuneração atribuída originalmente aos depósitos judiciais e a remuneração

Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



fixada em convênio, firmado entre o Tribunal de Justiça e a instituição financeira oficial.

§ 4º. Mensalmente, para fins de apuração do Fundo de Reserva, na forma prevista no § 2º, deverá ser calculado o valor total do estoque de depósitos judiciais, considerando o valor integral dos depósitos judiciais na data da publicação dessa lei, devidamente atualizado, e mais os novos depósitos judiciais, que ocorrerem após a data da entrada em vigor desta Lei e, ainda, os valores de restituições ou pagamentos de depósitos. Após a apuração do montante total dos depósitos judiciais atualizado, deverá ser verificado:

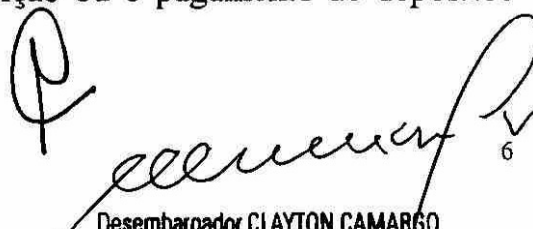
I - se o saldo do Fundo de Reserva é inferior a 70% (setenta por cento) do montante apurado atualizado, caso em que o Tesouro Estadual deverá recompor o Fundo de Reserva, a fim de que ele volte a perfazer 70% (setenta por cento) do montante equivalente ao estoque de depósitos judiciais, até o prazo de 30 (trinta) dias;

II - se o saldo do Fundo de Reserva é superior a 70% (setenta por cento) do montante apurado atualizado, fica autorizada a aplicação da diferença entre o valor já transferido desde o início da vigência desta lei e o montante equivalente à proporção de 30% (trinta por cento) apurada.

§ 5º. Os recursos provenientes da transferência prevista no *caput* deverão constar no Orçamento do Estado como Fonte de Recursos específica, que deverá identificar a sua respectiva origem e aplicação.

§ 6º. Os efeitos concretos desta lei se darão mediante convênio entre Judiciário e Executivo com prazo de vigência de até um ano renovável ou rescindível a qualquer tempo, que deverá necessariamente prever que a devolução dos valores pelo Executivo se dará com a mesma remuneração paga aos depósitos judiciais pela instituição financeira oficial, sem prejuízo da diferença prevista no art. 1º, § 3º.

Art. 2º. Na hipótese de o saldo do Fundo de Reserva, definido no § 2º do art. 1º, não ser suficiente para honrar a restituição ou o pagamento de depósitos


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



judiciais conforme decisão judicial, o Tesouro Estadual deverá, mediante comunicação da instituição financeira oficial, disponibilizar em até 3 (três) dias úteis, no Fundo de Reserva, a quantia necessária para honrar a devolução ou pagamento do depósito judicial.

Parágrafo único. A transferência prevista no *caput* do artigo 1º deverá ser suspensão sempre que o saldo do Fundo de Reserva for inferior à proporção de 70% (setenta por cento) do valor integral dos depósitos judiciais, devidamente atualizado na forma do artigo 1º, § 4º, inciso I.

Art. 3º. A instituição financeira oficial deverá disponibilizar à Secretaria de Estado de Fazenda e ao Tribunal de Justiça, diariamente, extratos com a movimentação dos depósitos judiciais, indicando os saques efetuados, novos depósitos e rendimentos, bem como o saldo do Fundo de Reserva, apontando eventual excesso ou insuficiência.

§ 1º. Para o fim de apuração de excesso ou insuficiência, o Fundo de Reserva, de que trata o § 2º do artigo 1º desta lei, terá sempre a proporção de 70% (setenta por cento) do montante total dos depósitos referidos no *caput* do artigo 1º.

§ 2º. A instituição financeira oficial deverá manter as contas individualizadas, referentes a cada depósito, conforme previsto no *caput* do artigo 1º.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais especiais ao orçamento do Estado no valor inferido no *caput* do artigo 1º.

Art. 5º. O Poder Judiciário do Estado do Paraná administrará e regulamentará as contas de depósitos judiciais, respeitados os Convênios que vierem a ser firmados com o Poder Executivo, renováveis enquanto preservados o interesse público e a conveniência a bem da administração pública e judiciária.


Parágrafo único. Uma vez celebrado Convênio, para fins de que trata esta Lei, caberá ao Poder Judiciário regulamentar e administrar o Fundo de Reserva e

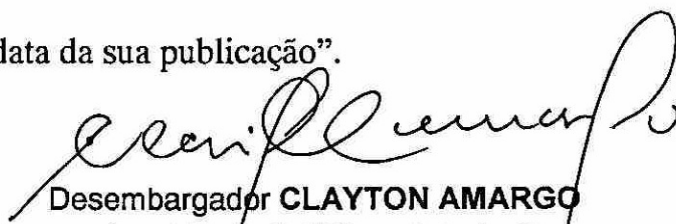
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



as rotinas internas relativas aos depósitos judiciais, enquanto ao Poder Executivo caberá regulamentar esta lei no âmbito das ações que lhe couberem.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação”.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado do Paraná


Desembargador **CLAYTON AMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROTOCOLO Nº 243.032/2013

CERTIFICO que na sessão realizada em 22 de julho de 2013, o Órgão Especial, por maioria de votos, restando vencido o Desembargador Guilherme Luiz Gomes, aprovou o Projeto de Lei Complementar apresentado, que dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para aplicação nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pagamento de pequeno valor e dá outras providências, com as alterações propostas pelo Desembargador Presidente, conforme segue:

"PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 7/2013

SÚMULA: Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para aplicação nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor e dá outras providências.

Art. 1º. Os depósitos judiciais em dinheiro, existentes em instituição financeira oficial contratada pelo Poder Judiciário, na data da publicação desta lei, bem como os respectivos acessórios e os depósitos que vierem a ser feitos, poderão ser transferidos ao Poder Executivo que os manterá na mesma instituição oficial, para aplicação nas áreas da saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor, até a proporção de 30% (trinta por cento) de seu valor atualizado.

§ 1º. O disposto no caput não se aplica aos depósitos judiciais tributários, regulamentados pela Lei Federal nº 11.429/2006.

§ 2º. A parcela dos depósitos judiciais não repassada, nos termos do caput, será mantida na instituição financeira oficial contratada pelo Poder Judiciário e constituirá Fundo de Reserva, destinado a garantir a restituição ou pagamentos aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência.

claud

§ 3º. Sobre o valor atualizado da parcela utilizada pelo Poder Executivo, este repassará, mensalmente, ao Tribunal de Justiça, a diferença entre a remuneração atribuída originalmente aos depósitos judiciais e a remuneração fixada em convênio, firmado entre o Tribunal de Justiça e a instituição financeira oficial.

§ 4º. Mensalmente, para fins de apuração do Fundo de Reserva, na forma prevista no § 2º, deverá ser calculado o valor total do estoque de depósitos judiciais, considerando o valor integral dos depósitos judiciais na data da publicação dessa lei, devidamente atualizado, e mais os novos depósitos judiciais, que ocorrerem após a data da entrada em vigor desta Lei e, ainda, os valores de restituições ou pagamentos de depósitos. Após a apuração do montante total dos depósitos judiciais atualizado, deverá ser verificado:

I - se o saldo do Fundo de Reserva é inferior a 70% (setenta por cento) do montante apurado atualizado, caso em que o Tesouro Estadual deverá recompor o Fundo de Reserva, a fim de que ele volte a perfazer 70% (setenta por cento) do montante equivalente ao estoque de depósitos judiciais, até o prazo de 30 (trinta) dias;

II - se o saldo do Fundo de Reserva é superior a 70% (setenta por cento) do montante apurado atualizado, fica autorizada a aplicação da diferença entre o valor já transferido desde o início da vigência dessa lei e o montante equivalente à proporção de 30% (trinta por cento) apurada,

§ 5º. Os recursos provenientes da transferência prevista no caput deverão constar no Orçamento do Estado como Fonte de Recursos específica, que deverá identificar a sua respectiva origem e aplicação.

§ 6º. Os efeitos concretos desta lei se darão mediante convênio entre Judiciário e Executivo com prazo de vigência de até um ano renovável ou rescindível a qualquer tempo, que deverá necessariamente prever que a devolução dos valores pelo Executivo se dará com a mesma remuneração paga aos depósitos judiciais pela instituição financeira oficial, sem prejuízo da diferença prevista no art. 1º, § 3º.

1 - 1000



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROT. N.º 8796/13



Art. 2º. Na hipótese de o saldo do Fundo de Reserva, definido no § 2º do art. 1º, não ser suficiente para honrar a restituição ou o pagamento de depósitos judiciais conforme decisão judicial, o Tesouro Estadual deverá, mediante comunicação da instituição financeira oficial, disponibilizar em até 3 (três) dias úteis, no Fundo de Reserva, a quantia necessária para honrar a devolução ou pagamento do depósito judicial.

Parágrafo único. A transferência prevista no caput do artigo 1º deverá ser suspensa sempre que o saldo do Fundo de Reserva for inferior à proporção de 70% (setenta por cento) do valor integral dos depósitos judiciais, devidamente atualizado na forma do artigo 1º, § 4º, inciso I.

Art. 3º. A instituição financeira oficial deverá disponibilizar à Secretaria de Estado de Fazenda e ao Tribunal de Justiça, diariamente, extratos com a movimentação dos depósitos judiciais, indicando os saques efetuados, novos depósitos e rendimentos, bem como o saldo do Fundo de Reserva, apontando eventual excesso ou insuficiência.

§ 1º. Para o fim de apuração de excesso ou insuficiência, o Fundo de Reserva, de que trata o § 2º do artigo 1º desta lei, terá sempre a proporção de 70% (setenta por cento) do montante total dos depósitos referidos no caput do artigo 1º.

§ 2º. A instituição financeira oficial deverá manter as contas individualizadas, referentes a cada depósito, conforme previsto no caput do artigo 1º.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais especiais ao orçamento do Estado no valor inferido no caput do artigo 1º.

Art. 5º. O Poder Judiciário do Estado do Paraná administrará e regulamentará as contas de depósitos judiciais, respeitados os Convênios que vierem a ser firmados com o Poder Executivo, renováveis enquanto preservados o interesse público e a conveniência a bem da administração pública e judiciária.

Conf.

Parágrafo único. Uma vez celebrado Convênio, para fins de que trata esta Lei, caberá ao Poder Judiciário regulamentar e administrar o Fundo de Reserva e as rotinas internas relativas aos depósitos judiciais, enquanto ao Poder Executivo caberá regulamentar esta lei no âmbito das ações que lhe couberem.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

CERTIFICO, ainda, que estiveram presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Clayton Camargo, Carlos Mansur Arida (substituindo a Desª. Regina Helena Afonso Portes), Carvílio da Silveira Filho (substituindo o Des. Jonny de Jesus Campos Marques), Sérgio Arenhart, Dulce Maria Cecconi, Roberto de Vicente (substituindo o Des. Miguel Pessoa Filho), Gamaliel Seme Scaff (substituindo o Des. Ruy Cunha Sobrinho), Lauro Augusto Fabricio de Melo, Irajá Romeo Hilgenberg Prestes, Mattar, Antônio Loyola Vieira (substituindo o Des. Rogério Coelho), Robson Marques Cury, Abraham Lincoln Merheb Calixto (substituindo a Desª. Maria José de Toledo Marcondes Teixeira), Antônio Martelozzo, Eugênio Achille Grandinetti, Guilherme Luiz Gomes, José Augusto Gomes Aniceto, Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes (vaga Des. Paulo Hapner), Luís Carlos Xavier (vaga Des. Miguel Kfourí Neto), Luiz Cezar Nicolau (vaga Des. Noeval de Quadros), Clayton de Albuquerque Maranhão (vaga Des. Jesus Sarrão) e Luiz Osório Moraes Panza (vaga Des. Antonio Loyola Vieira). Representando a Douta Procuradoria Geral da Justiça o Doutor Ricardo Pires de Albuquerque Maranhão.

Em 22 de julho de 2013.


ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA

Secretário do Tribunal de Justiça em exercício



Estado do Paraná

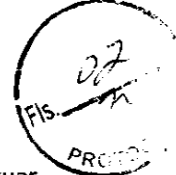


I-Protocolo-se

II- À Diretoria Legislativa para autuar,
publicar e demais providências.

Em 23/07/2013

Presidente



Curitiba, 23 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

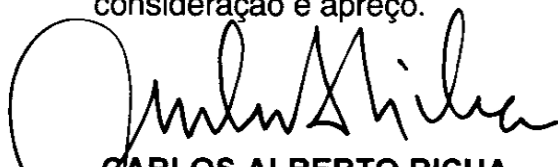
Senhor Presidente:


Encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, de iniciativa conjunta do Poder Executivo e Judiciário do Estado do Paraná, que possibilita a transferência de depósitos judiciais em dinheiro, de origem não tributária, existentes na instituição financeira oficial, ao Executivo para aplicação nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor, até a proporção de 30% (trinta por cento) de seu valor atualizado.

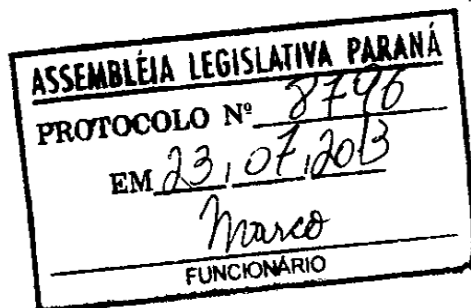
As razões desta proposição estão contempladas nas justificativas dos dois Poderes que acompanham o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consignamos a Vossa Excelência nossas expressões de consideração e apreço.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado do Paraná


Desembargador **CLAYTON CAMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça





MENSAGEM CONJUNTA Nº 01/2013

Curitiba, 22 de julho de 2013.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA DO PODER EXECUTIVO

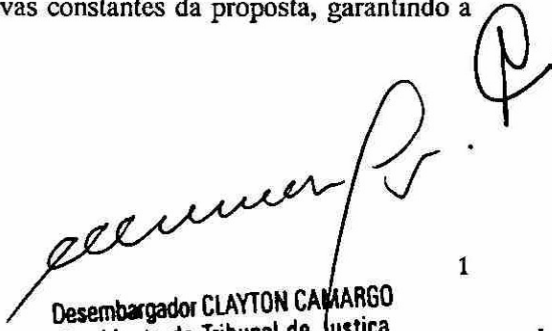
Honra-nos submeter à elevada deliberação dessa Egrégia Casa o incluso Projeto de Lei Complementar que: "Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para aplicação nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pagamento de pequeno valor e dá outras providências".

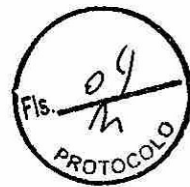
Nos últimos anos o Estado do Paraná não tem medido esforços para garantir aplicação de recursos nas áreas de saúde, segurança, educação, mobilidade urbana, infraestrutura viária e pagamento de requisições judiciais de pagamento de pequeno valor. Contudo, no que pesem os esforços dispendidos a demanda é crescente sendo imprescindível a busca de soluções para a consecução dos anseios sociais.

Imbuídos deste espírito e sensíveis aos reclames sociais, o Poder Judiciário e o Poder Executivo desde logo uniram esforços para encontrar uma solução e alavancar recursos para estas áreas.

A proposta consiste na utilização temporária de parcela de 30% (trinta por cento) do montante total dos depósitos judiciais existentes na instituição financeira oficial para a aplicação nas áreas de saúde, segurança, educação, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor.

O presente projeto tem o condão de antecipar benefícios sociais, trazendo alento a inúmeras necessidades dos cidadãos, isto sem qualquer risco de ordem financeira, tendo em vista o pequeno percentual a ser prontamente utilizado e as regras limitativas constantes da proposta, garantindo a segurança de sua implantação.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Não há absolutamente qualquer risco para os litigantes que tenham efetuados os depósitos judiciais. Qualquer saque estará integralmente garantido pela cobertura do Fundo de Reserva (consistente pela expressiva parcela de 70% (setenta por cento). E na remota hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento de depósitos que venham a ser resgatados o Fundo de Reserva será imediatamente ressarcido pelo Tesouro Estadual. O caráter temporário da transferência está no fato de que a constante recomposição do Fundo de Reserva, repõe permanentemente o volume de depósitos ao patamar de segurança e suficiência para a garantia de todos os depósitos judiciais, no momento de seu levantamento.

Com risco zero para quem quer que seja, o Projeto proporciona inequívocas vantagens para a sociedade.

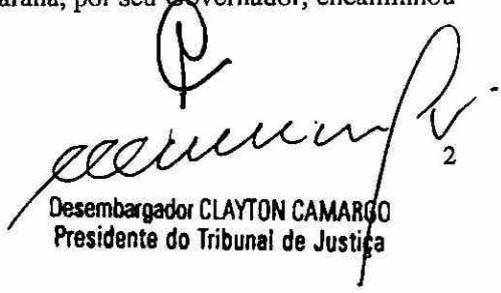
A legalidade e a possibilidade de utilização dos depósitos judiciais para finalidades relevantes, como a do presente Projeto, já foi reconhecida pelo Conselho Federal da OAB no caso da Lei Complementar Fluminense nº 147/2013, publicada no D.O.I de 28/06/2013, projeto de Lei 19/2013.

À vista da importância do presente Projeto da Lei Complementar, e reiterando a Vossas Excelências os protestos de elevada estima e consideração, esperamos contar, mais uma vez, com o apoio e o respaldo dessa Egrégia Casa e solicitamos seja atribuído ao processo o regime de urgência.

JUSTIFICATIVA DO PODER JUDICIÁRIO

Trata-se de projeto de lei complementar que dispõe sobre a possibilidade de utilização de até 30% (trinta por cento) dos depósitos judiciais em dinheiro, de origem não tributária, existentes na instituição financeira oficial, para aplicação nas “áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor” e criação de “fundo de reserva” composto de 70% (setenta por cento) dos valores, além de outras regras de controle, adianta analisadas.

Para que sejam respeitadas regras constitucionais que asseguram autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como a sua iniciativa para propor projetos de lei dispendo sobre depósitos judiciais, o Poder Executivo do Estado do Paraná, por seu Governador, encaminhou


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



o matéria para que esta Corte de Justiça deliberasse sobre o envio da respectiva mensagem à Assembleia Legislativa.

Sem embargo da cautela do Executivo, vale destacar que o Supremo Tribunal Federal nos julgamentos de medidas cautelares sobre leis que tratavam do repasse de parte dos valores objeto de depósitos judiciais ao Poder Executivo¹, afastou a violação à independência e à autonomia do Poder Judiciário, o que não seria diferente em relação ao projeto em pauta. Além disso, segundo decidiu o STF², o objeto dessa matéria é gestão de recursos, ou seja, de Direito Financeiro, de competência concorrente entre União e Estados, e não Direito Processual Civil, de modo que não há afronta ao artigo 22, I da Constituição Federal.

Importa destacar, de outro lado, que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil manifestou-se favoravelmente a respeito de projeto de lei semelhante, já transformado na Lei Complementar Fluminense n. 147/2013.

O projeto de lei aprovado pelo Órgão Especial estabelece que o limite máximo de 30% (trinta por cento) dos depósitos judiciais não tributários seja transferido ao Poder Executivo. Os 70% (setenta por cento) restantes constituirão fundo de reserva destinado a *"garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência"* (§2º do artigo 1º do Projeto).

A segurança ao sistema é nítida pois é muito improvável que mais do que 70% de todos os depósitos necessitem ser levantados ao mesmo tempo. Ademais, o depósito compulsório imposto pelo Conselho Monetário Nacional (Circular Bacen 3569 de 22.12.2011) às instituições financeiras brasileiras é atualmente de 43% (quarenta e três por cento) para recursos a vista e 20% (vinte por cento) para recursos a prazo e poupança. Isto significa que para o Sistema Financeiro Nacional a Autoridade Monetária entende que valores muito inferiores a 70% (setenta por cento) são considerados adequados para garantir a segurança ao sistema.

O projeto aprovado estabelece em seu artigo 5º que *"o Poder Judiciário regulamentará e administrará o Fundo de Reserva"*, enquanto o §3º do artigo 1º trata do repasse pelo Poder Executivo ao Poder Judiciário da *"diferença entre a remuneração atribuída originalmente aos depósitos judiciais e a remuneração fixada em convênio, firmado entre o Tribunal de Justiça e a*

¹ ADI nº 2.214, ADI nº 1.933, ADI nº 2.909, ADI nº 3.125.

² ADI nº 1.933.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



instituição financeira". Esses dispositivos garantem a gerência do Poder Judiciário sobre o valor não transferido ao Poder Executivo (Fundo de Reserva de 70%), bem como evita a perda de rentabilidade financeira sobre os recursos, de forma a não acontecer de renúncia a receitas do Tribunal de Justiça ou seus fundos especiais.

Este projeto de lei não constitui adesão Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ instituído pela Lei Estadual nº 17.579/2013 e não afronta a decisão liminar concedida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Pedido de Providências 0003107-28.2013.2.00.0000 suspendeu os efeitos do Decreto Judiciário 940/2012 que garante a exclusividade contratual em favor da Caixa Econômica Federal dos depósitos Judiciários.

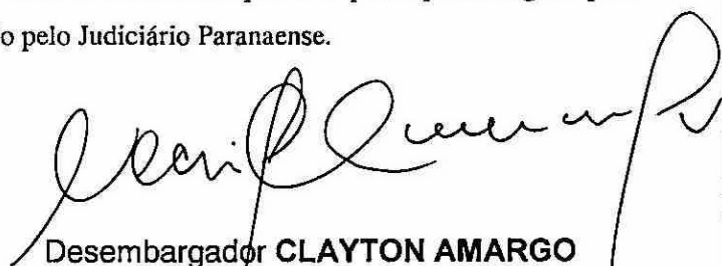
O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná aprovou modificações do texto original encaminhado pelo Executivo, para que a aplicação concreta da futura lei se dê por convênio entre Judiciário e Executivo, renovável ou rescindível a qualquer tempo, com prazo de até um ano em respeito ao exercício orçamentário que constitucionalmente assim está limitado. Isso também para que se atenda às situações de oportunidade e conveniência próprias à gestão pública de interesse peculiar de um ou outro Poder.

Ainda, em respeito à autonomia contratual do Poder Judiciário, houve alteração no que toca ao caput e § 2º do art. 1º, para que se continue a cumprir as avenças firmadas com a Caixa Econômica Federal inclusive fazendo constar o dever do Executivo ao devolver os valores em remunerá-los da mesma forma que estabelecido com a instituição oficial.

Por fim, deliberou-se pela alteração do artigo 5º, inclusive com a inserção de parágrafo único para que conste que a administração e regulamentação do Fundo de Reserva se dará apenas quando da vigência do convênio firmado com o Executivo que é o pressuposto lógico para expedição de atos de gestão e regulamentação pelo Judiciário Paranaense.

Segue o projeto de lei.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado do Paraná


Desembargador **CLAYTON AMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça



PARANÁ

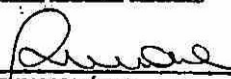
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Curitiba, 23 de julho de 2013
OF CEE/G 121/2013

Senhor Presidente,

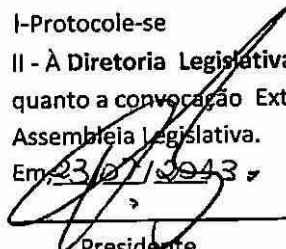
Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de, com fulcro no § 4º, inciso II, do artigo 61 da Constituição Estadual, solicitar a convocação dessa Assembleia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, para apreciação do Anteprojeto de Lei objeto da Mensagem Governamental nº 68/2013, convertido no Projeto de Lei nº 288/2013, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna, bem como do Anteprojeto de Lei objeto da Mensagem Conjunta nº 01/2013, encaminhado por mim e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na presente data, o qual dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para aplicação nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor e dá outras providências, tendo em vista versarem sobre matérias de relevante interesse público e urgência.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº <u>8797</u>
EM <u>23/07/13</u>

FUNCIÓNÁRIO


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA - PR

I-Protocole-se
II - À Diretoria Legislativa para providências
quanto a convocação Extraordinária da
Assembleia Legislativa.
Em 23/07/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 288/13

Sumula: Dispõe sobre o Programa "Luz Fraterna" e revoga as Leis Estaduais nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e nº 15.922, de 12 de agosto de 2008.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º O Programa "Luz Fraterna" estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis – unidades consumidoras – sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 4º desta lei.

Art. 2º O Poder Executivo fica autorizado a fazer o pagamento dos valores decorrentes do consumo de energia elétrica e dos encargos e tributos federais decorrentes das situações abrangidas pelo Programa.

Art. 3º Para ser beneficiário do Programa "Luz Fraterna", o consumidor deve preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- I- sua unidade consumidora deve pertencer à classe de consumo "residencial";
- II- ser beneficiário do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal;
- III- estar inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais, com o cadastro ativo e atualizado;
- IV - ter renda familiar mensal *per capita* igual ou menor a meio salário mínimo nacional;
- V- o consumo de energia elétrica do ciclo de faturamento mensal deve ser igual ou inferior a 120 (cento e vinte) kWh (quilowatt-hora), observada a periodicidade de leitura prevista pelo órgão regulador;
- VI- não possuir mais de uma unidade de consumo de energia elétrica cadastrada em seu nome, mediante identificação pelo Cadastro de Pessoa Física - CPF.

Parágrafo único. O benefício está limitado a apenas um dos membros de um domicílio com o mesmo Código Familiar, registrado pelo Cadastro Único de Programas Sociais.

Art. 4º Tem direito ao benefício, nos termos de sua regulamentação, a unidade consumidora com consumo mensal igual ou inferior a 400 (quatrocentos) kWh (quilowatt-hora), habitada por família inscrita no Cadastro Único, com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos nacional e que tenha entre seus membros residentes pessoa com patologia cujo tratamento médico requer o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para seu funcionamento, demandam consumo de energia elétrica.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. O benefício está limitado a apenas uma unidade consumidora por pessoa usuária dos referidos equipamentos.

Art. 5º Ficam excluídas do benefício as unidades consumidoras:

- I- em que o consumidor beneficiário não reside no imóvel;
- II- que não se enquadram nos critérios dos artigos 3º ou 4º.
- III- que não se caracterizam como domicílio particular permanente;
- IV - em que o consumo mensal seja igual a zero.

Art. 6º Os valores pagos às empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição de energia elétrica consistem na diferença entre o valor do consumo calculado com a tarifa residencial e os descontos do programa Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal.

Parágrafo único. Não são cobertos os valores referentes à contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, valores de multas, juros e correção monetária devidas em razão de atraso de pagamento, bem como outras despesas autorizadas pelo consumidor junto às concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição de energia elétrica.

Art. 7º Os valores serão pagos às empresas de acordo com normas estabelecidas em Decreto e mediante dotação orçamentária própria.

Art. 8º As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei dentro do prazo de vacância previsto no artigo 9º, sob pena de perda do benefício.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2013, ficando revogadas as Leis nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e nº 15.922, de 12 de agosto de 2008.

Palácio do Governo, em 08 de julho de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



000190

n1455

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 502 /2013

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS

ASSUNTO: Expansão do Programa Luz Fraterna.

PROTOCOLO: nº 9.730.929-9

Apresenta o protocolado anteprojeto de lei para expansão e aprimoramento do programa "Luz Fraterna", medida esta prevista no Plano de Governo 2011-2014.

Tal expansão aumenta o número de beneficiários em 67.246, ou seja, passará a contemplar 210.079 famílias, que, considerando sua implantação a partir de julho do corrente ano, o custo total a executar passará a R\$ 14.112.000,00 (quatorze milhões, cento e doze mil reais), onde R\$ 3.885.473,00 (três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e três reais) destinam-se à expansão.

Atendendo ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o impacto decorrente do presente pleito encontra-se às folhas 22 e é demonstrado da seguinte forma:

R\$ 1,00		
Exercício	Acréscimo	Total Anual
2014	11.724.000	28.224.000
2015	12.896.400	31.046.400
2016	14.186.040	34.151.040

Análise do Grupo de Planejamento Setorial da SEDS expressa a necessidade de uma suplementação de R\$ 6.594.844,00 (seis milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais), conforme quadro às folhas 24, para atender o programa em 2013.

A Coordenação de Orçamento e Programação informa que, na existência de uma autorização governamental, providenciará adequações necessárias para atendimento da suplementação solicitada.

É a informação.

Curitiba, em 01 de julho de 2013.

MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE
Técnica de Orçamento

Com a informação supra
encaminhe-se à DG/SEPL

Em, 01 / 07 /2013.

ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL

Confere com o original
SEEG/CTL, em 03/07/13
Ass.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE DESPESA

Eu, Letícia Codagnone F. Raymundo, atualmente no cargo em Comissão de Diretora Geral, na qualidade de ordenadora de despesas da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, declaro, nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa abaixo identificada tem adequação com a Lei 8.666/93, está de acordo com o Plano de Governo, incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Identificação da Despesa: Expansão e aprimoramento do Programa Luz Fraterna

Dotação Orçamentária: 5502.08244174.218 – Luz Fraterna.

Rubrica Orçamentária: 3390.3906 – Serviços de Energia Elétrica.

Fonte de recurso: 148.

Valor até dezembro de 2013: R\$. 6.594.844,00 (seis milhões quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais)

Curitiba, 09 de julho de 2013.

Letícia Codagnone F. Raymundo
Diretora Geral /SEDS

Confere com o original

SEEG/CTL, em 09/07/13

Ass. _____

N.º de Registro GPS/SEDS: 568
Protocolo n.º: 9.730.929-9

Exibir Ato
SECRETARIA DE

Página para Impressão

ESTADO DO PARANÁ Sistema Estadual de LegislaçãoPublicado no Diário Oficial nº. 6561 de 12 de Setembro de 2003**Súmula:** Institui o Programa "LUZ FRATERNA", conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Programa "LUZ FRATERNA"

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço dos consumidores beneficiários de algum dos Programas Sociais do Governo Federal relacionados no art. 2º desta lei, ou cadastrados no Programa Social da COPEL, cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais da área urbana e rural e cujo consumo de energia no mês não ultrapasse 100 (cem) kWh (kilowatts-hora).

Parágrafo único Ficam excluídas do benefício as unidades consumidoras que:**I** - apresentarem sazonalidade de consumo;**II** - não estiverem ocupadas;**III** - não se caracterizarem como residência permanente, tais como sem consumo e de veranistas.

Art. 2º. Para beneficiar-se do Programa "Luz Fraterna" o consumidor deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Classe residencial:

I - ser da subclasse residencial baixa renda com atendimento monofásico, conforme a Lei Federal nº 10.438, de 26.04.2002, regulamentada pelas Resoluções ANEEL nºs 246, de 30.04.2002 e 485, de 29.08.2002;

II - estar o titular da unidade consumidora cadastrado no Programa Social da COPEL, ou beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás;

III - ter consumo até 100 kWh/mês;**IV** - não possuir mais de uma conta cadastrada em seu nome;**b) Classe rural:****I** - ser monofásico ou bifásico com disjuntor até 50 amperes;**II** - ter consumo mensal até 100 kWh/mês;**III** - não possuir mais de uma conta cadastrada em seu nome.**c) Classe de consumidores residenciais dependentes de sobrevida:**
(Incluído pela Lei 15922 de 12/08/2008)

I - a unidade consumidora deverá estar classificada como residencial;
(Incluído pela Lei 15922 de 12/08/2008)

II - o dependente do equipamento de sobrevida deverá ser o próprio titular da unidade consumidora ou qualquer pessoa que comprove depender economicamente deste;
(Incluído pela Lei 15922 de 12/08/2008)

III - a dependência de uso de equipamento de sobrevida deverá ser comprovada através de declaração oficial das Secretarias de Saúde ou de outro órgão competente no município, em que conste o nome do médico-perito, número do CRM, o CID e a descrição dos equipamentos necessários;
(Incluído pela Lei 15922 de 12/08/2008)



IV - ter consumo de até 400 (quatrocentos) kwh/mês além do consumo pelo uso dos equipamentos de sobrevida.

(Incluído pela Lei 15922 de 12/08/2008)

Parágrafo único. Os benefícios da alínea "c" destinam-se, exclusivamente, à unidade consumidora em que o dependente do equipamento reside.

(Incluído pela Lei 15922 de 12/08/2008)

Art. 3º. O ressarcimento às concessionárias, autorizadas e permissionárias de energia elétrica situadas no Estado do Paraná dos valores correspondentes ao benefício referido no art. 1º, será efetuado mediante dotação no orçamento geral do Estado.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor em 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 11.897, de 01.12.97 e demais disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 11 de setembro de 2003.

Roberto Requião
Governador do Estado

Caíto Quintana
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Exibir Ato
SECRETARIA DE

Página para impressão

ESTADO DO PARANÁ Sistema Estadual de LegislaçãoPublicado no Diário Oficial nº. 7783 de 12 de Agosto de 2008**Súmula:** Acresce os dispositivos que especifica, ao artigo 2º, da Lei nº 14.087/2003 - Programa Luz Fraterna.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Acrescenta-se ao artigo 2º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003, a alínea "c", seus incisos e parágrafo único, que passarão a ter a seguinte redação:

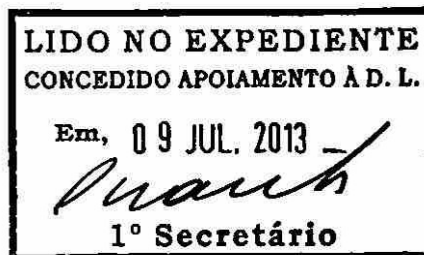
"Art. 2º

c) Classe de consumidores residenciais dependentes de sobrevida:

I - a unidade consumidora deverá estar classificada como residencial;II - o dependente do equipamento de sobrevida deverá ser o próprio titular da unidade consumidora ou qualquer pessoa que comprove depender economicamente deste;III - a dependência de uso de equipamento de sobrevida deverá ser comprovada através de declaração oficial das Secretarias de Saúde ou de outro órgão competente no município, em que conste o nome do médico-perito, número do CRM, o CID e a descrição dos equipamentos necessários;VI - ter consumo de até 400 (quatrocentos) kwh/mês além do consumo pelo uso dos equipamentos de sobrevida.**Parágrafo único.** Os benefícios da alínea "c" destinam-se, exclusivamente, à unidade consumidora em que o dependente do equipamento reside."**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

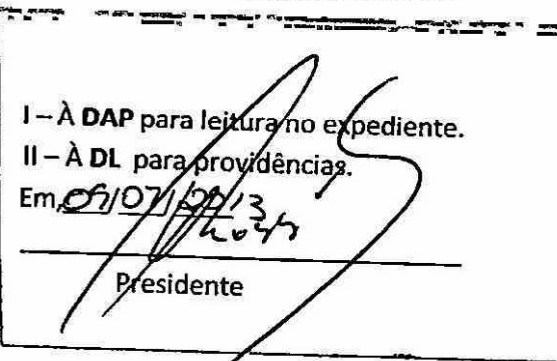
PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de agosto de 2008.

Roberto Requião
Governador do Estado*Rafael Iatauro*
Chefe da Casa Civil*Alexandre Curi*
Deputado Estadual-----
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



MENSAGEM
Nº 068 /2013

Curitiba, 08 de julho de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dispor que o Programa "Luz Fraterna" estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis – unidades consumidoras – sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos que especifica, e adota outras providências.

O Programa "Luz Fraterna" consubstancia-se em benefício social de grande expressão e justiça, eis que atinge as camadas mais pobres e necessitadas da população paranaense e veio com o intuito de contribuir para a erradicação da miséria e da fome, bem como melhorar as condições de alimentação, nutrição e vestuário das famílias paranaenses. A melhoria nos itens supracitados tem sólido vínculo com a elevação do nível de saúde da população mais carente, reduzindo assim as despesas do Poder Público com o seu atendimento, bem como os afastamentos por doenças, faltas à escola e ao trabalho.

Nunca é demais salientar que ainda é grande o número de cidadãos carentes que têm dificuldades para manter em dia os pagamentos das faturas de energia elétrica; que ela é serviço essencial para que a vida humana situe-se dentro de padrões dignos de conforto, higiene, segurança e saúde; que é vital para a refrigeração e conservação de alimentos, evitando o seu desperdício e mantendo-os dentro de condições de consumo; que é também fundamental para atividades ligadas ao bom aproveitamento escolar, desenvolvimento social e cultural de crianças, jovens e adultos; e que existem sobras de energia no balanço de energia elétrica do Paraná.

Assim, com o intuito de aprimorar o projeto implantado em 2003 e

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR
AJB/Prot. 9.730.929-9.



PARANÁ

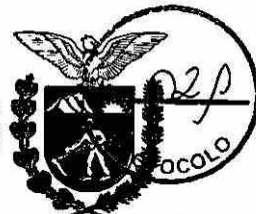
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

estender o benefício para ainda mais famílias no Estado do Paraná, busca-se ampliar o valor do consumo de energia no mês, conforme disposto nos artigos 3º e 4º do Anteprojeto de Lei ora submetido à apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ


GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Curitiba, 23 de julho de 2013
OF CEE/G 121/2013

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de, com fulcro no § 4º, inciso II, do artigo 61 da Constituição Estadual, solicitar a convocação dessa Assembleia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, para apreciação do Anteprojeto de Lei objeto da Mensagem Governamental nº 68/2013, convertido no Projeto de Lei nº 288/2013, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna, bem como do Anteprojeto de Lei objeto da Mensagem Conjunta nº 01/2013, encaminhado por mim e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na presente data, o qual dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para aplicação nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor e dá outras providências, tendo em vista versarem sobre matérias de relevante interesse público e urgência.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

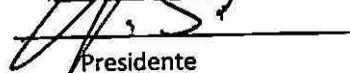
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº <u>8797</u>
EM <u>23/07/13</u>

FUNÇÃO


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

I-Protocolo-se
II - À Diretoria Legislativa para providências
quanto a convocação Extraordinária da
Assembleia Legislativa.

Em: 23/07/2013


Presidente